

REFLEXÕES A RESPEITO DO PENSAMENTO DECOLONIAL NOS ESTUDOS HISTÓRICOS BRASILEIROS

Thalles Azevedo Ladeira¹
Raphael de Andrade Ribeiro²
Emerson Araújo Rodrigue³
Thacio Azevedo Ladeira⁴

INTRODUÇÃO

A decolonialidade é um processo, não um estado final. É um horizonte em direção ao qual diversos projetos podem se encaminhar. A decolonialidade implica partir da desumanização e considerar as lutas dos povos historicamente subalternizados pela existência, para a construção de outros modos de viver, de poder e de saber (WALSH, 2009, p. 24).

Os estudos decoloniais representam um movimento essencial para a compreensão ampla e profunda das estruturas sociais, políticas e culturais que moldaram e continuam a moldar o Brasil, nomeada em que questiona narrativas dominantes e revela as complexas relações de poder enraizadas nas estruturas coloniais.

Outrossim, consideramos que essa abordagem é particularmente relevante em um contexto acadêmico, justificando assim sua escolha como tema central da presente pesquisa e ainda, por várias razões que se interligam e reforçam a necessidade de repensar e expandir as fronteiras do conhecimento histórico.

Primeiramente, os estudos decoloniais desafiam a narrativa histórica dominante que, por muito tempo, esteve centrada em uma perspectiva eurocêntrica, frequentemente minimizando ou ignorando as vozes, experiências e resistências dos povos indígenas, africanos e de suas diásporas no Brasil. Ao fazer isso, essa abordagem não apenas questiona as

¹ Professor de séries iniciais nos Municípios de Rio das Ostras/RJ e Casimiro de Abreu/RJ. Mestre em Ensino pelo PPGEn/UFF.

² Professor da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC RJ). Mestre em Ensino pela Universidade Federal Fluminense.

³ Professor de Língua Inglesa nos municípios de Rio das Ostras/RJ e Cabo Frio/RJ e mestrando em Ciências da Educação pela Ivy Enber Christian University, EUA.

⁴ Professor de educação especial no município de Paulínia/SP. Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).

bases epistemológicas da historiografia tradicional, mas também promove a inclusão de narrativas alternativas que são fundamentais para a compreensão da complexidade da sociedade brasileira (COSTA; TORRES; GROSGOUEL, 2019). Destarte, a relevância dos estudos decoloniais reside na capacidade dessa abordagem de iluminar as continuidades coloniais que persistem nas estruturas de poder e nas relações sociais contemporâneas. O Brasil, um país cuja formação está intrinsecamente ligada ao colonialismo e à escravidão, continua a enfrentar desafios relacionados ao racismo, à desigualdade social e à marginalização de comunidades indígenas e afro-brasileiras, de forma a ofertar ferramentas críticas para analisar como o passado colonial se reflete no presente e com isso, propor caminhos para a superação dessas heranças.

A escolha dessa temática também reflete nosso compromisso ético e político com a produção de um conhecimento que não apenas interpreta o mundo, mas que aspira a transformá-lo, na medida em que a minha intenção é contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, alinhada aos princípios de dignidade humana e respeito à diversidade (WALSH, 2013).

Como professores e pesquisadores, percebemos a necessidade e a importância de incorporar a perspectiva decolonial em práticas didático-pedagógicas. Isso significa não apenas abordar a história e a cultura afro-brasileira e indígena, conforme previsto na Lei 11.645/2008, mas também promover um ensino que valorize a diversidade, questione estereótipos e preconceitos, e estimule o pensamento crítico dos estudantes.

Ao trazer para a sala de aula narrativas e saberes tradicionalmente silenciados, buscamos contribuir para a formação de cidadãos conscientes, capazes de reconhecer e combater as desigualdades e injustiças sociais que têm suas raízes no passado colonial.

JUSTIFICATIVA E METODOLOGIA

Ao questionar e expandir os limites do conhecimento histórico, estudos baseados na perspectiva decolonial incentivam uma postura crítica e reflexiva, essencial para a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade e comprometidos com a construção de um futuro mais inclusivo.

Nesse sentido, os estudos decoloniais são fundamentais para os estudos históricos brasileiros, pois promovem uma compreensão mais crítica, inclusiva e transformadora da história e da sociedade brasileiras. Eles fazem isso ao questionar as narrativas hegemônicas e eurocêntricas que têm dominado a historiografia tradicional, trazendo para o centro do debate as vozes, experiências e saberes dos povos indígenas, afrodescendentes e outros grupos marginalizados.

Ao adotar uma perspectiva decolonial, os estudos históricos brasileiros podem revelar as complexas relações de poder e as estruturas

de dominação que se estabeleceram a partir da colonização e que continuam a moldar a sociedade contemporânea. Isso implica em reconhecer e analisar criticamente o impacto duradouro do colonialismo, do racismo e da escravidão na formação social, política, econômica e cultural do Brasil (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Além disso, os estudos decoloniais incentivam a valorização e a incorporação de epistemologias e formas de conhecimento não-hegemônicas na produção historiográfica. Isso significa reconhecer e legitimar os saberes, as memórias e as tradições orais dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e de outros grupos subalternizados, que por muito tempo foram silenciados ou desqualificados pela historiografia tradicional.

Ao questionar e expandir os limites do conhecimento histórico, estudos baseados na perspectiva decolonial incentivam uma postura crítica e reflexiva, essencial para a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade e comprometidos com a construção de um futuro mais inclusivo. Eles nos convidam a repensar as relações de poder, a questionar as desigualdades estruturais e a imaginar alternativas para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Essa pesquisa se justifica, portanto, pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre as contribuições dos estudos decoloniais para a historiografia brasileira, evidenciando como essa perspectiva pode enriquecer e transformar a forma como entendemos e narramos a história do Brasil. Ao fazer isso, busca-se contribuir para a descolonização do saber histórico e para a promoção de uma historiografia que seja verdadeiramente representativa da diversidade e complexidade da sociedade brasileira.

A metodologia deste trabalho é baseada na análise de conteúdo de Bardin (1977), amparada em um estudo de caráter quantitativo e qualitativo de análise dos dados. Nosso objetivo é propor uma revisão bibliográfica dos principais autores que discutem o tema em questão.

Nesse aspecto, a análise de conteúdos proposta por Bardin (1977) será aplicada a um corpus documental composto por obras historiográficas que buscam identificar as representações, discursos e ideologias subjacentes à narrativa histórica tradicional, para assim, poder evidenciar como essa narrativa tem privilegiado determinados atores, eventos e processos históricos em detrimento de outros, contribuindo para a manutenção de relações de poder e desigualdades na sociedade brasileira.

A PERGUNTA QUE NÃO QUER CALAR

A decolonialidade, como movimento intelectual e prático, busca desvendar e dismantlar as estruturas de poder, saber e ser que foram impostas pela colonização e que persistem na contemporaneidade (QUIJANO, 2000).

No contexto dos estudos históricos brasileiros, a importância da decolonialidade reside na necessidade de revisitar e reinterpretar a história do Brasil, uma nação cuja formação é intrinsecamente ligada a processos coloniais, incluindo a extensa exploração e opressão de povos indígenas e africanos.

Apesar de sua relevância, a integração da perspectiva decolonial na historiografia brasileira enfrenta desafios significativos, tanto no âmbito acadêmico quanto na prática educacional. Portanto, a pergunta que não quer calar, isto é, o problema de pesquisa que este trabalho busca investigar é: *"Como a incorporação da perspectiva decolonial pode transformar a compreensão e o ensino da história do Brasil, superando as limitações de uma narrativa histórica eurocêntrica e contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária?"*

ECOS DAS VOZES SILENCIADAS: a perspectiva decolonial tecendo uma nova narrativa histórica brasileira

Como já apontamos, a decolonialidade propõe uma revisão crítica das narrativas históricas dominantes, oferecendo uma oportunidade de reconstruir a compreensão do passado a partir de perspectivas marginalizadas. A seleção de autores como Aníbal Quijano (2000), Walter Mignolo (2003), Boaventura de Sousa Santos (2007) e Silvia Rivera Cusicanqui (2010), dentre outros, constituem um robusto aporte teórico para nos ajudar nessa investigação.

Cada um desses pensadores contribuiu para a desconstrução e a crítica das narrativas coloniais, propondo novas epistemologias que partem das experiências e saberes não ocidentais. Esses pensadores são fundamentais para o entendimento e a disseminação do pensamento decolonial, que busca superar as heranças coloniais ainda presentes em nossa sociedade.

Aníbal Quijano (2000) é conhecido por introduzir o conceito de "colonialidade do poder", uma análise sobre como as estruturas de poder, controle e conhecimento estabelecidas durante a colonização e que continuaram a existir após a independência formal dos países colonizados.

Nessa mesma perspectiva, Quijano (2000, p. 201) afirma que "[...] a ideia de raça, na sua identificação com as relações de dominação, é uma maneira de classificar a população do planeta como naturalmente desigual, e essa é uma das principais heranças da colonização [...]". Esse conceito, se tornou um dos pilares do pensamento decolonial, oferecendo uma lente crítica para analisar as dinâmicas de poder contemporâneas.

Walter Mignolo (2003), por sua vez, destaca-se pela sua teoria da "opção decolonial", enfatizando a necessidade de desvincular-se das matrizes de poder eurocêntricas e de valorizar os conhecimentos e práticas gerados a partir das experiências históricas de resistência ao colonialismo. Nesse sentido, Mignolo (2003, p. 04) afirma que "[...] a

descolonização do saber implica desvincular-se da lógica da colonialidade, que subordina outros saberes e conhecimentos ao pensamento ocidental [...]”. Em continuidade, vale destacar as contribuições de Mignolo (2003) para a valorização de epistemologias outras, que são fundamentais para a construção de um pensamento verdadeiramente plural e global.

Nessa mesma abordagem, corroborando com o presente estudo, destaca-se Boaventura de Sousa Santos (2007), conhecido por sua “crítica à razão indolente” e pela proposta de uma “ecologia de saberes”, na qual defende a coexistência de diferentes formas de conhecimento, sem hierarquias.

Em suas obras, Santos (2007, p. 47) desafia a hegemonia do pensamento científico ocidental e propõe que “[...] a diversidade do mundo é infinita e, portanto, qualquer tentativa de reduzir essa diversidade a uma única forma de conhecimento é uma violência epistêmica [...]”. Enfatizar essa abordagem é essencial para os estudos decoloniais, uma vez que promove uma maior inclusão e valorização de saberes marginalizados.

A contribuição desses autores para os estudos decoloniais é imensa, pois eles fornecem ferramentas teóricas para entender e desafiar as continuidades coloniais nas estruturas de poder, conhecimento e ser.

Nesse aspecto, como não mencionar Silvia Rivera Cusicanqui (inserir ano e acrescentar nas referências), uma pensadora Aymara, que contribui de diversas maneiras com a perspectiva da importância das lutas indígenas e das práticas culturais como fontes de conhecimento e resistência.

Para termos uma ideia, Cusicanqui (2010, p. 89) argumenta que “[...] a recuperação das práticas culturais indígenas é uma forma de resistência ao colonialismo e de reconstrução de identidades suprimidas [...]”. Convenientemente, salienta-se que sua obra é um chamado à valorização dos saberes indígenas e à luta contra a colonialidade que ainda permeia as sociedades latino-americanas.

A partir da exposição de ideias apresentadas acima, proposta pelos referidos autores, é possível entender a história do Brasil de uma maneira que não apenas reconhece a violência e a exploração inerentes ao processo colonial, mas também valoriza as formas de resistência, adaptação e criação cultural por parte das populações indígenas, africanas e suas descendências.

É justamente nesse sentido que é possível afirmar que a incorporação da perspectiva decolonial na compreensão e no ensino da história do Brasil é uma proposta transformadora que visa superar as limitações de uma narrativa histórica eurocêntrica, incentivando o reconhecimento e a valorização de saberes, perspectivas e metodologias que foram subjugados pelo colonialismo e pelo eurocentrismo.

Promover a “multivocalidade histórica” dos povos historicamente subalternizados, é um aspecto chave da perspectiva decolonial,

reconhecendo a pluralidade de vozes, experiências e narrativas que compõem o passado e o presente do país. Essa multivocalidade desafia a ideia de que existe uma única "verdade" histórica universal e objetiva, promovendo em vez disso um reconhecimento de que a história é construída socialmente por indivíduos e grupos com diferentes experiências, interesses e posições de poder.

Essa abordagem abre espaço para as histórias de povos indígenas, comunidades afrodescendentes, mulheres, e outros grupos frequentemente marginalizados nas narrativas históricas convencionais, argumentando que suas experiências e perspectivas são essenciais para uma compreensão completa da história.

Um autor que articula de forma eloquente a importância da multivocalidade na reconfiguração das narrativas históricas é Walter Dignolo (2003), defendendo em suas obras a ideia de que "a diversidade é a matéria-prima da humanidade e da História".

Para o autor (2003), reconhecer e valorizar essa diversidade implica desafiar as estruturas de poder que buscam homogeneizar a história, promovendo em vez disso um diálogo entre diferentes saberes e perspectivas, o que não apenas desafia as narrativas históricas eurocêntricas e colonialistas, mas também contribui para a construção de sociedades mais justas e inclusivas. Isso porque, ao valorizar as diversas vozes que compõem a história, reconhece-se a dignidade e a importância de todos os povos e culturas, fomentando um respeito mútuo e a compreensão intercultural.

Além disso, o ensino da história sob uma perspectiva decolonial implica no reconhecimento e na valorização das resistências e lutas contra o colonialismo e suas manifestações contemporâneas.

Logo, a adoção da perspectiva decolonial no ensino da história do Brasil é um passo essencial para desafiar a narrativa histórica eurocêntrica, promovendo a valorização da diversidade cultural e contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária. Todavia, isso requer uma revisão crítica dos currículos, métodos de ensino e materiais didáticos, além de uma postura reflexiva e aberta por parte de educadores e estudantes, dispostos a engajar-se em diálogos com diferentes saberes e histórias.

Para termos uma ideia mais clara da importância dessa discussão iremos fazer um apanhado histórico dos estudos decoloniais.

Primeiramente, é importante termos a compreensão de que este movimento intelectual não surgiu de um único momento fundacional, mas através de um processo evolutivo que envolveu contribuições de diversas regiões do mundo, particularmente da América Latina, África, Ásia, e também de intelectuais da diáspora, que começaram a questionar as premissas eurocêntricas que dominavam as ciências sociais, a filosofia, a história, e outros campos do conhecimento (BALLESTRIN, 2013).

Um marco significativo no desenvolvimento dos estudos decoloniais foi a crítica ao eurocentrismo e ao modo como as estruturas de poder colonial se inscreveram não apenas nos territórios e corpos, mas também nas formas de saber e nos discursos.

Nesse contexto, a obra "*Pode o subalterno falar?*", da teórica Gayatri Spivak (2010), desempenhou um papel crucial ao questionar a possibilidade de voz e representação dos subalternos dentro das estruturas de poder dominantes.

Já Spivak (2010) nos leva a entender a facilidade com que os discursos ocidentais procuram "dar voz" aos subalternos sem questionar as estruturas de poder que silenciam essas mesmas vozes, apontando para a necessidade de uma descolonização epistêmica que reconheça as limitações do discurso ocidental em representar os subalternos sem perpetuar as mesmas hierarquias de poder que procura criticar.

O surgimento dos estudos decoloniais está intrinsecamente ligado aos processos de descolonização que ocorreram em diversas partes do mundo a partir da segunda metade do século XX. Com a independência de muitos países na África, Ásia e Caribe, intelectuais e ativistas dessas regiões começaram a questionar as estruturas de poder e conhecimento que haviam sido impostas durante o período colonial.

Na América Latina, esse processo ganhou força a partir dos anos 1960 e 1970, com a emergência de movimentos sociais e intelectuais que buscavam repensar a realidade latino-americana a partir de uma perspectiva própria, desafiando as teorias e modelos explicativos importados da Europa e dos Estados Unidos.

Nesse contexto, pensadores como Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Walter Dignolo começaram a desenvolver uma crítica sistemática ao eurocentrismo e à colonialidade do poder, do saber e do ser. No Brasil, a recepção e o desenvolvimento dos estudos decoloniais estão ligados a diversos fatores, como a influência do pensamento pós-colonial e do grupo modernidade/colonialidade, a emergência de movimentos sociais e identitários, e a crescente crítica ao eurocentrismo na academia brasileira (BALLESTRIN, 2013).

Um marco importante nesse processo foi a publicação, em 2005, da coletânea "*A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*", organizada por Edgardo Landier, que reuniu textos de diversos autores latino-americanos, incluindo Aníbal Quijano e Walter Dignolo. Essa obra contribuiu para a difusão e o debate das ideias decoloniais no meio acadêmico brasileiro (LANDIER, 2005).

No campo específico dos estudos históricos, a perspectiva decolonial começou a ganhar espaço a partir dos anos 2000, com a crescente crítica à historiografia tradicional e à necessidade de se repensar a história do Brasil a partir de uma ótica não eurocêntrica (SANTOS, 2019).

Nessa revisão, trabalhos como os de Maria Odila Leite da Silva Dias (1984), que propôs uma releitura da história do Brasil a partir da perspectiva das mulheres, e de Luiz Felipe de Alencastro (2000), que analisou o tráfico de escravos e a formação do Brasil no contexto do Atlântico Sul, contribuíram para a incorporação de novos sujeitos e abordagens na historiografia brasileira.

Mais recentemente, a crescente presença de intelectuais indígenas e negros na academia brasileira, bem como a emergência de movimentos como o Movimento Negro e o Movimento Indígena, têm contribuído para a consolidação da perspectiva decolonial nos estudos históricos do Brasil (GOMES, 2018; MUNDURUKU, 2012). Esses movimentos têm reivindicado não apenas a inclusão de suas histórias e saberes na narrativa nacional, mas também a descolonização das próprias estruturas e práticas acadêmicas (BENITES, 2015).

Longe de querer trazer aqui uma perspectiva propagandística, situando a decolonialidade em uma perspectiva na qual ela pudesse tudo resolver, o que pretendemos trazer aqui é a concepção de que a decolonialidade, como um campo interdisciplinar, busca não apenas analisar as consequências do colonialismo, mas também evidenciar a continuidade das estruturas de poder colonial na modernidade global.

Essa abordagem requer um diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, como a história, a sociologia, a antropologia, a filosofia, entre outras, para compreender de forma mais abrangente e profunda as complexas dinâmicas da colonialidade e suas implicações na sociedade contemporânea.

Nesse contexto, a multivocalidade histórica (MIGNOLO, 2003) é um conceito fundamental para os estudos decoloniais, pois reconhece e valoriza a pluralidade de vozes, experiências e narrativas que compõem o passado e o presente.

Essa perspectiva desafia a ideia de uma história única e universal, geralmente contada a partir do ponto de vista dos colonizadores, e busca incluir as histórias e saberes dos povos indígenas, das comunidades afrodescendentes, das mulheres e de outros grupos marginalizados, como reflete Mignolo (2003, p. 45), "[...] a multivocalidade é a condição necessária para a descolonização do conhecimento e para a construção de um mundo no qual muitos mundos possam coexistir [...]".

Ao incorporar a perspectiva decolonial na historiografia brasileira, é possível enriquecer e transformar a forma como entendemos e narramos a história do Brasil. Essa abordagem permite reconhecer e valorizar as resistências, lutas e contribuições dos povos historicamente subalternizados, que foram fundamentais na formação da sociedade brasileira, mas que muitas vezes são invisibilizados ou marginalizados nas narrativas históricas tradicionais.

Além disso, a perspectiva decolonial contribui para a descolonização do saber histórico, questionando as premissas eurocêntricas e colonialistas que ainda permeiam a produção e o ensino da história no Brasil. Isso implica em uma revisão crítica dos currículos, métodos de ensino e materiais didáticos, buscando incorporar epistemologias e saberes não-hegemônicos, que sejam representativos da diversidade cultural e social do país.

Ao promover uma historiografia verdadeiramente representativa da complexidade da sociedade brasileira, os estudos decoloniais contribuem para a construção de uma memória histórica mais justa e inclusiva, que reconheça e valorize a pluralidade de experiências e perspectivas que compõem a história do Brasil, como afirma Cusicanqui (2010, p. 63) "[...] a tarefa da descolonização não é apenas uma questão de recuperar a história, mas também de transformar o presente e construir um futuro diferente [...]".

Portanto, aprofundar a compreensão sobre as contribuições dos estudos decoloniais para a historiografia brasileira é fundamental para evidenciar como essa perspectiva pode enriquecer e transformar a forma como entendemos e narramos a história do Brasil, incorporando a multivocalidade histórica e promovendo a descolonização do saber, os estudos decoloniais contribuem para a valorização da própria diversidade e complexidade dos estudos históricos brasileiros.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS POSSÍVEIS

Como já apontamos em outro momento, a pesquisa sobre a decolonialidade e sua importância para os estudos históricos no Brasil não apenas destaca a necessidade de repensar as narrativas históricas dominantes, mas também sublinha a importância de uma prática consciente e crítica na aplicação de teorias decoloniais ao contexto específico do Brasil.

A pesquisa a respeito dessa temática demonstra um compromisso com a compreensão profunda dos fundamentos teóricos da decolonialidade. No entanto, a aplicação dessas teorias ao contexto brasileiro exige um esforço de contextualização e adaptação, dada a diversidade geográfica e cultural da América Latina e as especificidades históricas do Brasil.

De modo geral, vale ressaltar a importância e o potencial transformador da abordagem decolonial nos estudos históricos. Ao desafiar as narrativas históricas convencionais e valorizar saberes e perspectivas marginalizadas, a decolonialidade oferece uma oportunidade única de reconstruir a história brasileira de maneira mais inclusiva e justa.

Todavia, a prática decolonial nos estudos históricos não se limita apenas à adoção de um conjunto de teorias ou à inclusão de determinados autores e textos no currículo acadêmico. Ela exige uma postura ativa de

questionamento e revisão das próprias bases epistemológicas e metodológicas dentro dos estudos historiográficos. Isso implica reconhecer e desafiar as estruturas de poder que moldam a produção do conhecimento histórico, bem como buscar ativamente a inclusão de vozes e perspectivas que foram historicamente silenciadas ou marginalizadas.

Em última análise, a pesquisa sobre a decolonialidade nos estudos históricos do Brasil apontava para a necessidade de uma historiografia que seja não apenas reflexiva e crítica, mas também comprometida com a justiça social e a transformação. Ao encarar os desafios e as complexidades da aplicação da teoria decolonial, nós pesquisadores (nesse aspecto, nós nos incluímos) seremos convidados a contribuir para a construção de uma história que reconheça a diversidade e a riqueza das experiências humanas, promovendo uma compreensão mais profunda e equitativa do passado brasileiro.

A incorporação da perspectiva decolonial pode transformar a compreensão e o ensino da história do Brasil de diversas maneiras. Primeiramente, ao questionar as narrativas históricas eurocêntricas e colonialistas, a abordagem decolonial permite reconhecer e valorizar as experiências, saberes e resistências dos povos indígenas, das comunidades afrodescendentes e de outros grupos historicamente marginalizados. Isso implica em uma revisão crítica dos currículos, métodos de ensino e materiais didáticos, buscando incorporar epistemologias e perspectivas não-hegemônicas, que sejam representativas da diversidade cultural e social do Brasil.

Além disso, a perspectiva decolonial contribui para a descolonização do saber histórico, evidenciando como as estruturas de poder colonial continuam a moldar a produção e a disseminação do conhecimento histórico. Ao reconhecer e desafiar essas estruturas, a abordagem decolonial promove uma historiografia mais justa e igualitária, que seja verdadeiramente representativa da complexidade da sociedade brasileira.

Nesse contexto, a multivocalidade histórica torna-se um aspecto fundamental para a transformação da compreensão e do ensino da história do Brasil. Ao valorizar a pluralidade de vozes, experiências e narrativas que compõem o passado e o presente, a multivocalidade desafia a ideia de uma história única e universal, geralmente contada a partir do ponto de vista dos colonizadores. Ela permite incluir as histórias e saberes dos povos historicamente subalternizados, reconhecendo sua importância na formação da sociedade brasileira e na construção de uma memória histórica mais justa e inclusiva.

Em conclusão, a incorporação da perspectiva decolonial na compreensão e no ensino da história do Brasil é um passo essencial para superar as limitações de uma narrativa histórica eurocêntrica e contribuir para a construção de um estudo historiográfico brasileiro que valorize um